A mensalidade escolar vai ser reduzida

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

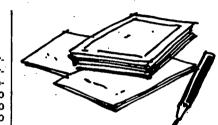
Cohe.

tale #As mensalidades das escolas partidulares serão reajustadas de acorcom o salário real médio dos professores de cada região do País, e não com base nos 89% estipulados pelo Conselho Federal de Educação (CFE), que serviram de parâmetro nacional para este semestre. Em São Paulo, a correção não deverá ser sunerior a 52%, assim como no Rio, sobre o último valor da mensalidade

do ano passado, segundo cálculos leitos ontem pela Seplan. Isso significará uma redução nas mensalidades fixadas para o semestre em exercício, mas está sendo aceita pelas entidades mantenedo-

ras das escolas porque, congelando-

as em cruzados, afastará a possibili-



dade de os carnês continuarem sendo pagos com base na conversão de cruzeiros por cruzados. Um representante de escola presente à reunião de ontem entre os secretários-gerais dos Ministérios do Planejamento, Edson Nunes, e da Educação, Aloísio Sotero, disse que o novo critério a ser adotado no início da próxima semana (entre segunda e terca-feiras) re-

presenta um consenso, envolvendo

escolas, pais, alunos e governo, além de evitar um impacto nas despesas com os salários dos professores.

Com isso concordou o secretáriogeral da Seplan, advertindo, porém, que as mensalidades relativas ao mês de fevereiro devem ser aceitas pelas direções de estabelecimentos de ensino, utilizando-se o critério de transformação do cruzeiro em cruzado, de acordo com a tabela oficial Quem não aceitar estará sujeito a penalidades e poderá ser denunciado diretamente ao Ministério da Edu-

O diretor-tesoureiro da União Nacional dos Estudantes, Flávio Patrício, presente à reunião, concordou "em princípio" com a nova fórmula, considerando, porém, mais ajustada à realidade dos salários a manutencão pura e simples das atuais mensa- de um mesmo Estado.

l lidades e o uso da tabela de conversão da moeda. Ele acusou os donos de escolas de acumularem lucros exorbitantes nos últimos anos e prometeu uma mobilização, em nível nacional, para reduzir ainda mais as mensalidades.

ACORDO

O Ministério da Educação fechou na madrugada de ontem, depois de 10 horas de reunião consecutivas, uma proposta de acordo que levou (ontem mesmo, à tarde) à apreciação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República — Seplan. Essa proposta prevê uma redução no valor nominal das mensalidades e deve variar de Estado para Estado, porque levará em conta a data-base de reajuste dos professo-

Na reunião que começou às 15h30 de quarta-feira e só terminou a 1h30 da madrugada de ontem entre o MEC estabelecimentos de ensino e Conselho Federal de Educação, houve muita resistência por parte dos proprietários de estabelecimentos de ensino, que compareceram pessoalmente e também por intermédio da Federação. Para dialogar, o MEC apresentou 15 alternativas, buscando uma mediação entre o que reivin-

dicavam os estabelecimentos de ensino, os professores e os estudantes. Segundo um participante da reunião, a proposta aceita - por "convencimento" do MEC — é a que reduz o valor nominal da mensalidade. sem provocar perda para as escolas (que já ganhavam muito) e sem onerar as que pagam as taxas, permitinres, podendo variar, inclusive, dentro | do, além disso, a manutenção do sa-

lário dos professores.

Proposta negada

Durante as discussões com as autoridades do governo, em Brasília, os proprietários de escolas particulares tentaram, sêm êxito, fazer com que as mensalidades fossem pagas na proporção de Cr\$ 1.000 para Cz\$ 1,00, alegando que esses estabelecimentos estão enquadrados no artigo 36 do decreto-lei baixado no ultimo dia 28, e não no artigo 9°. Este se refere aos precos em que estaria embutida correção monetária futura, enquanto o primeiro congela todos os

precos nos níveis do dia 27. O principal argumento dos proprietários das escolas era que, usando-se a tabela de conversão, no dia 10 de junho só a folha de pagamento já teria superado em 5% a receita global dos estabelecimentos. Em fevereiro de 1987, essa despesa estaria 150% mais alta do que a receita, inviabilizando o ensino privado no País. No final da reunião. não prevaleceu nem a conversao nem o coñ-. gelamento.